



Número: **0800278-47.2021.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **25/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE AILTON GOMES DA SILVA (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38701219	25/01/2021 14:05	Petição Inicial	Petição Inicial
38701225	25/01/2021 14:05	Seguradora Líder Acompanhe o Processo	Documento de Comprovação
38701222	25/01/2021 14:05	Scan25012021135608	Documento de Comprovação
38704389	25/01/2021 18:41	Decisão	Decisão

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

JOSÉ AILTON GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, aposentado, CPF nº 251.221.854-68, residente e domiciliada na Rua Josefa Taveira , nº 273, Bairro de Mangabeira, Cidade de João Pessoa-PB, vem através de seus advogados que esta subscreve, vem por instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar



com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR – lesão nos tendões do ombro esquerdo**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as



seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do *Quantum* Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.



O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”***

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.



Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.
- f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 5.000,00(Cinco reais).



Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 20 de janeiro de 2021.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



25/01/2021

Seguradora Líder Acompanhe o Processo



A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPRESSA

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nesta página você pode realizar consultas sobre o andamento dos pedidos de indenização do Seguro DPVAT para acidentes de trânsito ocorridos somente até o dia 31 de dezembro de 2020.

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200398983 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE AILTON GOMES DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE AILTON GOMES DA SILVA

CPF/CNPJ: 25122185468

Posição em 25-01-2021 13:51:10

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX


Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
16/11/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
21/11/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://apiconsultadossie.seguradoralider.com.br/api/file/download/17SEEjKhqw__g292s+3DG1Q==api_key=GfSXUpjLBpwEkrGVbAcpQqlcKxF7jKkhhb9NzVwLsnL4=)



25/01/2021

Seguradora Líder Acompanhe o Processo

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso \(/termosdeuso\)](#)

[Diretiva de Privacidade \(/diretivadeprivacidade\)](#)





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 06625.01.2020.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 06625.01.2020.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: A(s) 14:54 horas do dia 04 de novembro de 2020, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil de João Pessoa, Gerson Alves Barboza, matrícula 783391, e lavrado por José Saulo Araújo Nogueira, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Jose Alton Gomes da Silva**, CPF nº 251.221.854-68, nacionalidade brasileira, estado civil viúvo(a), identidade de gênero masculino, profissão Caminhoneiro, filho de Alcir Gomes da Silva e Assente, natural de Atiquá Grande/PI, nascido(a) em 16/07/1956 (64 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Av. Josefa Taveira, Nº 273, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Perto do Banco do Brasil, na cidade de João Pessoa/PB.

Dados do(s) Fato(s):

Local: Av. Josefa Taveira, Perto do Banco do Brasil, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira. Tipo do Local: templo religioso (igreja, sinagoga, etc.). Data/Hora: 07/07/20 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(a) Art. 303, § 1º da Lei 9.503/97 (**Pratizar falta corporal culposa - Aumento de Pena**).

E NOTIFIQUEI O SEGUINTE:

QUE o notificado relata que estava atravessando a faixa de pedestre em mangabeira, quando um veículo motocicleta, não sabendo especificar a marca e modelo, nem placa do veículo, nem sabe o nome do condutor, QUE relata que ao tentar passar e os carros já parados na faixa, foi quando essa motocicleta e condutor da mesma, não respeitando a faixa de pedestre, passou ligeiramente e veio a atropelar ao notificado, que devido ao impacto foi jogado ao chão. Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO expedido pelo DR. GLENDER FERREIRO G. G. DA TRINDADE, CRM 3920, DATADO DE 14/10/2020, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo BOMBEIRO. Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10 S43.0

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede o presente Certidão. A referida é verdadeira. Deu fé.

João Pessoa/PB, 04 de novembro de 2020.

JOSE SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação

JOSE ALTON GOMES DA SILVA
Notificante

Processamento Policial: 06625.01.2020.1.00.401

1/1



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/01/2021 14:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012514051979400000036899237>

Número do documento: 21012514051979400000036899237

Num. 38701222 - Pág. 2

Nome: JOSÉ AIRTON GOMES DA SILVA
Idade: 64 anos

ULTRASSONOGRRAFIA OMBRO ESQUERDO

Exame realizado em modo bidimensional, com equipamento dinâmico de alta resolução (SONOSITE M-TURBO), em tempo real, usando-se transdutor linear multifrequencial, variando de 7,5 a 10 MHz.

1. CABO LONGO DO BICEPS (TCLB): tendão em sua topografia habitual (no sulco bicipital), com padrão eco textural homogêneo, hiperecogênico, fibrilar e de espessura normal em relação ao lado contra lateral. Sem sinais de descontinuidades, sem tendinopatias e sem massa intralesões.
2. TENDÃO SUBESCAPULAR (TSEC): tendão inserindo-se na pequena tuberosidade do úmero, com parêntese suave e sem sinais de descontinuidades. Padrão eco textural homogêneo, fibrilar, hiperecogênico e de espessura normal em relação ao lado contra lateral.
3. TENDÃO SUPRAESPINHAL (TSE): tendão inserindo-se na grande tuberosidade do úmero, com parêntese suave e sem sinais de descontinuidades. Padrão eco textural homogêneo, fibrilar e de espessura normal em relação ao lado contra lateral. Apresentando uma ruptura parcial em seu sítio de inserção distal e que mede 0,3 x 0,2 cm.
4. TENDÃO INFRAESPINHAL (TIS): tendão com padrão eco textural homogêneo, hiperecogênico, fibrilar e de espessura normal em relação ao lado contra lateral. Com parêntese suave e sem sinais de descontinuidades.
5. BURSA SUB ACRÔMIO-DELTOIDEA (BSDA): encontra-se normo distendida.
6. RECESSO POSTERIOR (RP): encontra-se normo-distendida (ausência de líquido). O líquido encontra-se com eco textural normal.
7. ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR: apresenta volume e distância conservados.

ID: Ecografia compatível com ruptura parcial do supraespinhal.

Dr. Mathias C. Longhi
Líder e Diretor de Diagnóstico
CRM 15.175

As informações contidas neste relatório representam a impressão diagnóstica obtida da interpretação dos dados ecográficos da imagem atual. Este laudo deve ser correlacionado com o histórico e o exame físico e a interpretação não substitui a identificação das mesmas por se tratar de um exame complementar de diagnóstico.

05/11/2020

Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/01/2021 14:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012514051979400000036899237>

Número do documento: 21012514051979400000036899237

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE n° 1244821

PACIENTE: JOSÉ AILTON GOMES DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO: 16.07.56

Data e Hora do Atendimento: 07.07.20

Horário: 19:21h

MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO: Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento por moto apresentando escoriações no supercílio esquerdo, dor e deformidade no ombro esquerdo, dor no quadril esquerdo. Atendido pelo Dr. Igor Batista Camargo CRO 4632, Dr. Glauber Novais CRM 9220, Dr. Luciano Gomes de Figueiredo CRM 9328.

DIAGNÓSTICO INICIAL: LUXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO ESQUERDO
CID 10 S 43 0

RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):
Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, Rx do ombro esquerdo AP e Perfil, Rx da bacia AP e Perfil, redução incruenta de luxação glenoumeral anterior esquerda.

ALTA HOSPITALAR: Em 07.07.20 às 22:34h

Data da Emissão: 14.10.20

Dr. Glendier Tércio G. da Trindade
Médico Auditor - HETSHL
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar.
Para: DIL, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



Boletim de Atendimento: 2244821		13	
Identificação do paciente			
ID 6203754	Nome JOSE ALTON GOMES DA SILVA	Estado civil UNIAO ESTAVEL	Sexo Masculino
Data de nascimento 16/08/1956	Idade 65 anos 11 meses 21 dias	Religião CATOLICA	Pontuação 73983
Nome ALZINA GOMES DA SILVA		Paciente não declarado Paciente não declarado (Presença) DO MESMO - DO MESMO(A)	
Localidade FUNDAMENTAL INCOLPETO		Endereço DDD	
Cidade COP. Cultural		UF CE	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)		Nº CIV 18857237815533	
Nome do responsável MANGABEIRA		Nome ALBERTO	
		UF PB	
Naturalidade MANGABEIRA GRANDE		CEBR	
Endereço		Legatário JOSEFA TAVERA	
Cidade MANGABEIRA		UF PB	
Número 272		Comarca SUS	
Admissão		Origem do paciente SUS	
Data e Hora 09/12/2020 19:21:05		Cidade SUS	
Localização CRUZEIRO GERAL		Origem do paciente SUS	
Classificação de risco		Cidade do paciente MOTO X PEDESTRE	
Causa de atendimento		Motivo de atendimento ATROPELAMENTO	
Indicadores e Transporte		Tipo de ambulância Não	
Causa do acidente Não		Quem transporta Não	
Sinais de transporte RESGATE - SOMENHOS		Pulso	
Sinais Vitais		Temperatura	
X		mmHg	
Exames complementares			
Radiol [X]	Sanger []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrassonografia []
Outros exames			
Diagnóstico			
Exe-003 do HISTÓRIA DE ANDRADE OLIVEIRA			
Impressor			
Tempo			





Hospital Estadual de
Emergência e Trauma

Endereço: RUA ORESTES LIGIO, S/N, PEDRO GONDIM, JOÃO PESSOA - PB, 58231-000



PARAÍBA

Estado do Brasil

Paciente:	SAE	Data/Hora Entrada	Data Baixa
JOSE ALTON GOMES DA SILVA	124421	07/07/2020 18:21:05	
Data de nascimento:	Sexo	Teléfono de Contato	
15/07/1956	634 11m 214	083 98058927	
Mãe:	CPF	Portador	
ALDIRA GOMES DA SILVA	898001237810333	73953	
Endereço:	Bairro	Município	UF
JOSÉFA SAUSSE, 273	MANGABEIRA	JOÃO PESSOA	PB
Assistente	Mãe	Profissional	UF Cont. Regional
MOTO X PEDESTRE	PAULO GERMANO DE CARVALHO BEZERRA FALCAO	3889 PB	
Data/Hora Classificação	Data/Hora Prescrição		
07/07/2020 19:21:05	07/07/2020 19:53:08		

ANAMNESE

884# PACIENTE RELATA TER SIDO VITIMA DE ATROPELAMENTO POR MOTO HÁ CERCA DE 1 HORA. NEGA VÔMITO, DESMAIO, DOR NASCIMENTO DE BOM E ALERGIA MEDICAMENTOSA. NO MOMENTO EM BOM LOTE, EUPNEICO, NORMOCORADO, VIGILANDO, EM BOM LOTE. AO EXAME FÍSICO APRESENTA: SINAIS DE SUPLENÇÃO DE SANGUE, MOVIMENTOS OCULARES E AGUDEZA VISUAL PRESERVADA. CAVIDADES NASCAIS PÉLVICAS, BICA ABERTURA BUCAL, MOVIMENTOS MANIBULARES PRESERVADOS, SEM DEGRAU OU CEFALALGIA. CESSA A PALPAÇÃO. CD: 1. AVALIAÇÃO; 2. ORIENTAÇÃO; 3. ALTA IME. AOS CUIDADOS DAS DEMAIS ESPECIALIDADES.

Conduta

Em observação

PAULO GERMANO DE CARVALHO BEZERRA FALCAO

PAULO GERMANO DE CARVALHO BEZERRA FALCAO

Boletim registrado por: MAYARA DE ANDRADE OLIVEIRA em 07/07/2020 19:21:05



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/01/2021 14:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012514051979400000036899237>

Número do documento: 21012514051979400000036899237



Hospital Estadual de
Emergência e Trauma

Unidade de Pronto Socorro

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO BONFIM, JOÃO PESSOA - PB, 58013000
Nº 3745790 - CNES: 200202



GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA

Paciente:	SAE:	Data/Hora Entrada:	Data Saída:
JOSE ALTON GOMES DA SILVA	1244821	07/07/2020 19:21:36	
Data de nascimento:	Sexo:	CNS:	Telefone da Central:
16/07/1956	Masculino	86601237819533	(91) 95899967
Idade:	Matrícula:	CPF:	Profissão:
63a 11m 21d		73603	
Nome:	Nome do Pai:	UF:	Nº Cens. Regional:
ALFREI GOMES DA SILVA	MANGABEIRA	PB	1588198
Endereço:	Município:	Profissão:	
JOSEFA TAVERA, 273	JOÃO PESSOA	TALITA LENA BRAGA REIS	
Acidente:	Qualificação:	Data/Hora Saída:	
MOTO X PEDESTRE	Qualificação:	07/07/2020 19:31:17	
Data/Hora Classificação:			
07/07/2020 19:31:19			

ANAMNESE

- CIRURGIA GERAL: PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO POR MOTO HÁ CERCA DE 1 HORA, SEM RELATO DE PERDA DA CONSCIÊNCIA NO LOCAL, APRESENTA LESÃO CORTOCONTUSA EM SUPEROLTO ESQUERDO, NECA OMBRALIA, QUEIXA DE DOR INTENSA EM OMBRO ESQUERDO COM RESTRIÇÃO DA MOBILIDADE DO MÊMBRO, NEGA ALENÇAS, AO EXAME CONSCIENTE, ORIENTADO, ESPONTÂNEO, HIGIENADO, CORADO AAA, A VAS AERIAS FRIAS, COM CILAR E PRANCHA RIGIDA B, SUPINECO EM AR AMBIENTE, TORAX COM EXPANSÃO, ADIÇÃO PRESSIONAL BILATERAL, SEM CREPITAÇÕES A PALPAÇÃO, C, NORMOCARDIO E NORMOTENSÃO, ABDOMEN FLACIDO, INDOLOR A PALPAÇÃO PROFUNDA, PALCIVEL ESTÁVEL, O GLANDOS, 15, PUPILAS RECORRENTES E FOTOREFRÁCTIS, E, SEM ESCORIAÇÕES, DOR E REDUÇÃO DA MOBILIDADE DO OMBRO ESQUERDO, CONDUZIDA - AVALIAÇÃO DA BASE - AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA - ANALGESIA - RADIOGRAFIA DO OMBRO ESQUERDO

MEDICAÇÃO

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,6 (MG/5M) (OBSERVAÇÕES: - + 5ML AD)
CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES: - + 5F 0,9% 100ML)

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES)

CID10

T11.9 - Traumatismo não especificado do membro superior nível não especificado

Conduta

Em observação

1997-2000-2010
Nº 3745790 - CNES: 200202

Enfermeiro

TALITA LENA BRAGA REIS
(CRM: 1306198)

Bolém registrado por: MAYARA DE ANDRADE OLIVEIRA em 07/07/2020 19:21:05



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/01/2021 14:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012514051979400000036899237>

Número do documento: 21012514051979400000036899237



ANAMNESE

MEDICAÇÃO

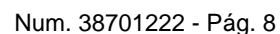
EXAME DE IMAGEM

CID10

643.0 - Luxação da articulação do ombro

Dados coletados anteriormente ☐ utilizar na impressão?

Conduta





Hospital Estadual de
Emergência e Trauma

Av. ...



PARAIBA
Secretaria de Saúde

Endereço: RUA ORESTES LUIZ, S/N, PEDRO GONDIM, JOÃO PESSOA - PB, 58071000
Tel: 33651011 - CDE: 2993202

Paciente	JOÃO ALTON GOMES DA SILVA	Idade	1244821	Data Hora Entrada	07/07/2020 19:21:05	Data Saida	
Data de Nascimento	19/07/1958	Sexo	Masculino	CAD	998001237819533	Telefone de Contato	971 9888887
Mãe	ALZINA GOMES DA SILVA	Bairro	MANGABERA	Município	JOÃO PESSOA	Proteção	7045
Endereço	JOSÉFA TAVERA, 273	Motivo	ATROPELAMENTO	Profissional	LUCIANO GOMES DE FIGUEIREDO	UF	PB
Assistente	MOTO X PEDESTRE			Qualificação Profissional	07/07/2020 20:48:02	Nº Cons. Regional	9328/PB
Data/Hora Classificação	07/07/2020 19:21:05						

ANAMNESE

ORTOPEDIA - PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO (SO) APRESENTANDO DOR E DEFORMIDADE EM OMBRO ESQ. REFERE DOR EM OMBRO ESQ. PORÉM SEM PRESERVAÇÃO. SEM ENCURTAMENTO OU ROTAÇÃO DE M.E. ADM LIMITADO ANV PRESERVAÇÃO RX. LUXAÇÃO BILATERAL ANTERIOR ESQ CC. REDUÇÃO INDEBUTA - RX CONTROLE - REAVALIAÇÃO APÓS RX

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES), INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP VERDADEIRO - PERFIL.
ESCAPULAR E AXILAR
RADIOGRAFIA DE BACIA

Conduta

Em observação

LUCIANO GOMES DE FIGUEIREDO
(CRM 3264/PB)

Boletim registrado por: MAYARA DE ANDRADE OLIVEIRA em 07/07/2020 19:21:05



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 25/01/2021 14:05:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012514051979400000036899237>

Número do documento: 21012514051979400000036899237



Flaviana da Silva

REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM Nº 55310

Nome	Flaviana da Silva
Idade	38
Sexo	F
CPF	088001278105203
Endereço	Boleiros Emergência
Cidade	Curitiba
Estado	PR
CEP	72900-000

Material a examinar

Seção

Consultório

Data Prescrição: 01/07/2020 15:48:03

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESQUELETO (Membros Superiores e Inferiores)

(AP, VERTEBRAIS - P, PERFIL, ESQUELETO E JOINTS)

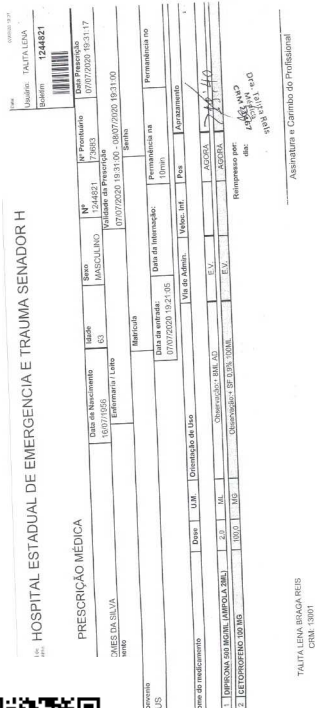
RESOLUÇÃO DE 2010

Assinatura e Carimbo do Profissional

Assinatura: *Flaviana da Silva*

Carimbo:

Emprego por: *Flaviana da Silva*



Número do documento: 21012514051979400000036899237

Num. 38701222 - Pág. 11

Parecer Médico

Nome:	JOSE ALTON GOMES DA SILVA	Idade:	63A 11M 21D	Prontuário:	73693
Boletim de Atendimento	1244821	Data de Entrada:	07/07/2020 19:21:55	Data Internação:	07/07/2020 19:21:55
Convênio:	SUS	Leito:		Permanência na Unidade:	Smim
		Clinica:	CIRURGIA GERAL	Permanência no Leito:	
Parecer médico			Profissional		
Especialidade:	BUCCOMAXILOFACIAL				
Motivo da solicitação:	LESÃO EM SUPERCILIO ESQUERDO				
Data da Solicitação:	07/07/2020 19:30:29				
Parecer:	Data de Resposta:				

em 25/01/2021
às 14:05:20
por FLAVIANA DA SILVA CÂMARA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800278-47.2021.8.15.2003

[Seguro]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE AILTON GOMES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Defiro a gratuidade judiciária, na forma do art. 98 do C.P.C.

Havendo ainda, irregularidade na petição inicial, intime a parte autora para, no prazo de 15 dias, EMENDÁ-LA para apresentar, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL:

1 – Procuração Ad Juditia.

Silente, à serventia para elaboração de minuta de sentença, ante a baixa complexidade do ato - Código de Normas Judiciais.

Atendida a determinação retro:

- Da AUDIÊNCIA UNA

Observando os termos do Ato Normativo 33/2020 da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que regulamenta o retorno gradual das atividades presenciais, a implementação da terceira fase prevista na norma referida, visando dar regular trâmite ao presente feito preservando a saúde

e a segurança de todos, notadamente com a possibilidade de realização de atos semipresenciais, **designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA)** para o dia **05 de abril de 2021, às 08:50h**, de forma **SEMIPRESENCIAL**, que será realizada através do aplicativo **ZOOM**.

Para que os advogados e as partes (prepostos) possam participar no dia e hora marcados da audiência retro, ingressando na sala virtual de audiência, deverão acessar o seguinte link:

<https://us02web.zoom.us/j/3440406546>

ALERTA: Para instalar o ZOOM deve ser feito o download no seguinte endereço:

<https://www.zoom.us/pt-pt/meetings.html>

Ressalto a importância dos advogados e partes disporem do uso de fones de ouvido.

Como primeiro ato da audiência, os integrantes deverão exibir documento de identificação pessoal com foto.

Outrossim, deverão constar, respectivamente, na petição inicial e contestação, e-mails e números de telefones celulares das partes e de seus advogados, ou caso omissos, em petição protocolizada pelo menos até 10 dias antes do ato, de forma a viabilizar o regular trâmite do feito.

Registro que o magistrado que presidirá a audiência, preposto e advogados das partes participarão da audiência por meio do aplicativo acima mencionado (virtualmente), ficando a cargo de cada um a adoção das medidas necessárias, inclusive a obtenção dos meios tecnológicos, para participar do ato, sob as penas da lei.

CITE e INTIME a parte ré para tomar conhecimento do feito e contestar a ação, no prazo legal. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é **obrigatório** (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir).

A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

- DA PERÍCIA

Inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão e que a análise do objeto da lide, consistente no pagamento ou complementação de seguro DPVAT, pressupõe a realização de prova técnica, com fulcro no art. 156 do C.P.C., determino a realização de **perícia médica**, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Dita perícia será realizada **PRESENCIALMENTE**, devendo a parte autora e, caso haja, assistente técnico, comparecer no dia e horário apazados para a audiência, ao Fórum Regional de Mangabeira/PB, nesta capital, mais precisamente na sala da Diretoria, piso térreo, especialmente preparada para tal finalidade (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança para a COVID-19.

Nomeio a médica, **Dr^a Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, perita nos presentes autos, para proceder à perícia judicial, a realizar-se no dia e horário acima descritos. **INTIME-A** para tomar ciência do encargo, do exame pericial e da audiência agendada nestes autos.

INTIME a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, conforme termo de cooperação técnica 015/2020 (celebrado entre o TJ/PB e Seguradora Líder), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Sisbajud.

INTIMEM as partes para ciência da data e hora da perícia retro, bem como para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Apenas e tão somente a parte autora que será submetida à perícia médica e eventual assistente técnico das partes devem comparecer ao fórum, no dia e hora designados, devendo a parte promovente trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos.

A parte autora deve comparecer, impreterivelmente, portando documento pessoal oficial com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada desta decisão servirá como mandado de citação/intimação.

Advirto que:

1 – Ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato o Julgador e nem os Advogados das partes, com o fito de evitar aglomeração e, assim, risco de contágio da COVID-19, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020;

2 - Não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020;

3 – Só será permitido o ingresso ao Fórum apenas e tão somente da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade e situações excepcionais devidamente comprovadas;

4- Deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria da predita Unidade, sob as penas da lei.

AS INSTRUÇÕES ANEXAS, PARA FINS DE ACESSO À SALA VIRTUAL DE AUDIÊNCIA DO MUTIRÃO DPVAT.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 56/20). ATENÇÃO.

CUMPRAM COM URGÊNCIA – AUDIÊNCIA E PERÍCIA - DPVAT.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

Juíza de Direito

